



Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019

PNAD

contínua

ISBN 978-65-87201-56-6
© IBGE, 2021

No quarto trimestre de 2019 foi investigado, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, o módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC nos aspectos de acesso à Internet e à televisão e posse de

telefone móvel celular para uso pessoal¹. A investigação abrangeu o acesso à Internet e à televisão nos domicílios particulares permanentes e o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Televisão

Domicílios com televisão

	2018	2019
Somente de tela fina	66,9%	73,9%
Somente de tubo	23,0%	18,4%
Televisão de tela fina e de tubo	10,1%	7,6%

Sinal digital de televisão aberta

	2018	2019
Domicílios com televisão que possuíam conversor digital	86,6%	89,8%
Domicílios sem alternativa à televisão analógica aberta (1)	3,1%	2,4%

(1) Dos domicílios com televisão, na ocorrência do desligamento deste sinal.

Tecnologia de recepção de sinal

	2018	2019
Domicílios com recepção do sinal de televisão por antena parabólica	30,0%	27,0%
Domicílios com acesso à televisão por assinatura	31,8%	30,4%

Internet

Utilização, em qualquer local (2)

	2018	2019
Total	74,7%	78,3%
Homem	73,6%	77,1%
Mulher	75,7%	79,3%
Por idade		
20 a 24 anos	91,0%	92,7%
60 anos ou mais	38,7%	45,0%

(2) Por pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Equipamento utilizado para acessar

	2018	2019
1° Telefone móvel celular	98,1%	98,6%
2° Micro-computador	50,7%	46,2%
3° Televisão	23,1%	31,9%
4° Tablet	12,0%	10,9%

Finalidade do acesso à Internet

	2018	2019
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens (3)	95,7%	95,7%
Conversar por chamadas de voz ou vídeo	88,1%	91,2%
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	86,1%	88,4%
Enviar ou receber e-mail	63,2%	61,5%

Motivo para não usar

Em 2019, **75,4%** dos que não acessavam alegaram não saber usar-lá ou falta de interesse

(3) Por aplicativos diferentes de e-mail.

Domicílios particulares permanentes

Existência de televisão no domicílio

Em 2019, dos 72,9 milhões de domicílios particulares permanentes do País, em 96,3% havia televisão, proporção que ficou em 97,0% em área urbana e um pouco abaixo em área rural (91,6%). As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as maiores proporções de domicílios com televisão (97,7% e 97,4%, respectivamente). Já a Região Norte apresentou a menor proporção, 91,6%.

Em relação a 2018, houve aumento do número de domicílios com televisão em todas as Grandes Regiões, contudo, em termos de proporção de domicílios, apenas a Região Sul apresentou variação positiva (de 97,2% para 97,4%). No período, a maior redução na proporção de domicílios com televisão ocorreu na Região Norte, passando de 92,3% em 2018 para 91,6% em 2019.

O rendimento real médio *per capita* nos domicílios em que havia televisão (R\$ 1 440) equivalia a quase o dobro do rendimento naqueles que não tinham (R\$ 772)².

Tipo de televisão

No País, de 2018 para 2019, houve aumento no número de domicílios com televisão de tela fina (de 53 milhões para 57 milhões) e retração no de domicílios com televisão de tubo (de 23 milhões para 18 milhões).

O percentual de domicílios com somente televisão de tela fina subiu de 66,9% para 73,9% entre 2018 e 2019, enquanto o daqueles com somente televisão de tubo caiu de 23,0% para 18,4% e daqueles com ambos os tipos de televisão se reduziu de 10,1% para 7,6%. Esses mesmos movimentos ocorreram em todas as Grandes Regiões.

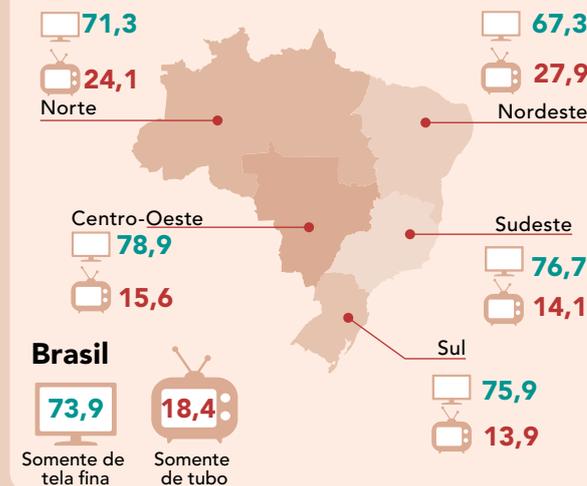
Em 2019, os percentuais de domicílios que tinham somente televisão de tela fina foram maiores nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, ao passo que os percentuais de domicílios com somente televisão de tubo foram maiores nas Regiões Nordeste e Norte.

O nível do rendimento real médio *per capita* nos domicílios em que havia televisão de tela fina foi mais elevado que o daqueles que tinham televisão de tubo. Essa diferença foi ainda mais acentuada entre os domicílios que tinham somente um desses dois tipos de televisão.

No País, em 2019, o rendimento real médio *per capita* nos domicílios com televisão de tubo (R\$ 840) representava 51,8% do rendimento nos que tinham televisão de tela fina (R\$ 1 622). Esse rendimento nos domicílios somente com televisão de tubo (R\$ 608) compreendia apenas 36,8% daquele nos que tinham somente televisão de tela fina (R\$ 1 653).

² A partir desta publicação, houve uma mudança na forma de cálculo do rendimento real médio *per capita* com vistas a uniformizar a metodologia utilizada em todos os módulos da PNAD Contínua. Para detalhes, ver a Nota técnica 01/2021, disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_01_2021_Harmonizacao_das_Estasticas_de_Rendimentos.pdf

Domicílios com televisão, por tipo de televisão (%)

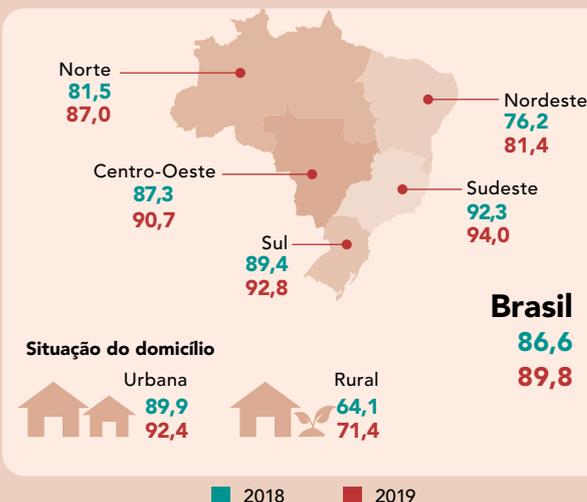


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Sinal digital de televisão aberta

O processo de implantação do sinal digital para acesso aos canais de televisão aberta em substituição ao analógico, transmitido por antenas terrestres, ainda estava em andamento em 2019. Quando a transmissão do sinal analógico for inteiramente desligada, as televisões sem conversor para receber o sinal digital não terão acesso direto aos canais de televisão aberta, a não ser por meio de televisão por assinatura ou antena parabólica.

Domicílios com televisão que tinha conversor para receber o sinal digital de televisão aberta (%)

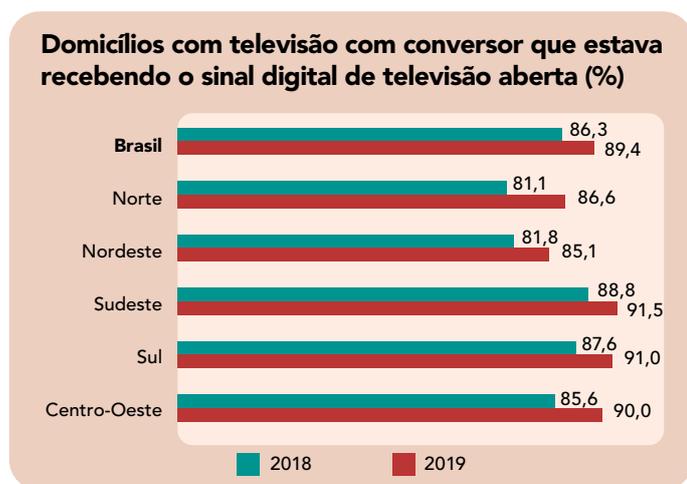


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019.

Em 2019, havia 63,1 milhões de domicílios com televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, ainda que não o estivesse captando, que compreendiam 89,8% dos domicílios com televisão do País. Em 2018, esse percentual estava em 86,6%. Houve incremento, de 2018 para 2019, no percentual de domicílios com televisor com conversor em área urbana (89,9% para 92,4%) e, com mais intensidade, em área rural (64,1% para 71,4%). Esses mesmos movimentos foram observados em todas as Grandes Regiões.

Considerando os domicílios com televisão, de 2018 para 2019, os maiores crescimentos no percentual de domicílios com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta ocorreram nas Regiões Norte (81,5% para 87,0%) e Nordeste (76,2% para 81,4%). Entretanto, esses resultados alcançados em 2019 ainda permaneceram inferiores aos das demais Grandes Regiões, com a Região Sudeste apresentando o percentual mais elevado (94,0%).

Nos domicílios com televisão com conversor do País, a parcela dos que estavam recebendo o sinal digital de televisão aberta passou de 86,3%, em 2018, para 89,4%, em 2019. Neste ano, o percentual de domicílios com televisão com conversor que estava recebendo o sinal digital de televisão aberta continuou sendo mais elevado na Região Sudeste (91,5%) e mais baixo na Região Nordeste (85,1%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019.

Antena parabólica

A antena parabólica é um recurso para captar, via satélite, sinal de televisão em áreas que não são plenamente atendidas por meio de antenas terrestres, o que ocorre com mais frequência longe dos grandes centros. Os resultados mostraram, conforme esperado, que o uso de recepção por antena parabólica foi predominante em área rural.

Nos domicílios com televisão, em 2019, o percentual dos que tinham recepção por antena parabólica foi de 63,6% em área rural e 21,8% em área urbana, totalizando 27,0% para o País. Em relação a 2018, houve redução do percentual de domicílios com recepção por antena parabólica tanto em área urbana quanto em área rural.

Em 2019, o percentual de domicílios com televisão que tinha recepção por antena parabólica continuou sendo menor na Região Sudeste (17,3%) e maior nas Regiões Nordeste (40,9%) e Norte (38,6%).

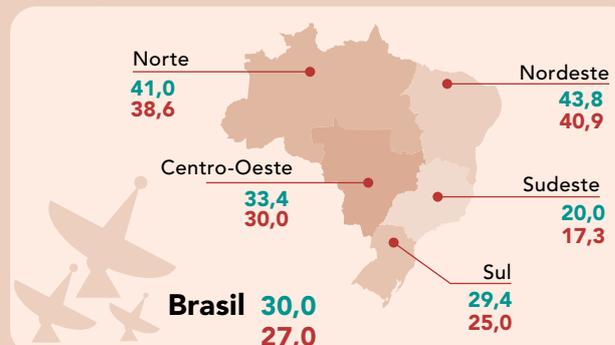
O rendimento real médio *per capita* nos domicílios que tinham recepção de sinal de televisão por antena parabólica (R\$ 1 002) era 37,6% menor que o naqueles com televisão sem este tipo de serviço (R\$ 1 607).

Serviço de televisão por assinatura

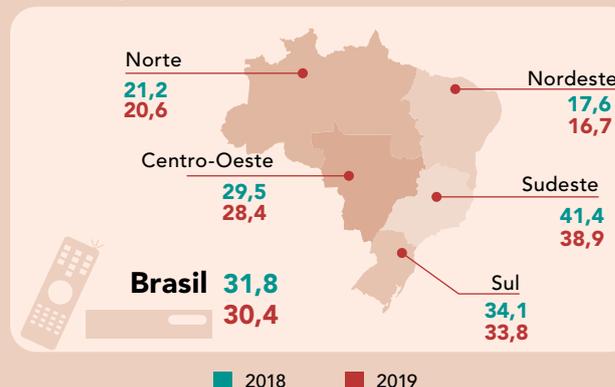
O serviço de televisão por assinatura dá acesso a um número variado de canais exclusivos, de acordo com o pacote contratado, além de captar o sinal de televisão aberta, inclusive o digital. Ao contrário do observado no uso da recepção por antena parabólica, a parcela dos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura nas residências com televisor em área urbana foi expressivamente maior que em área rural. Ademais, a ordenação das Grandes Regiões pelo percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura foi inversa a dos domicílios com recepção do sinal de televisão por antena parabólica.

Domicílios com recepção de sinal de televisão por antena parabólica ou acesso a serviço de televisão por assinatura (%)

Antena parabólica



Televisão por assinatura



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019.

Assim, em 2019, 30,4% dos domicílios com televisão no País tinha acesso a serviço de televisão por assinatura, proporção que era de 32,4% em área urbana e de 15,9% em área rural. Entre 2018 e 2019 o percentual de domicílios com televisão por assinatura se reduziu, exceto na área rural onde este percentual passou de 14,9% para 15,9%.

Em 2019, a Região Sudeste continuou detendo o maior percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura (38,9%), enquanto a Região Nordeste permaneceu com o menor (16,7%).

O rendimento real médio *per capita* nos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 2 425) suplantou o daqueles com televisão sem este tipo de serviço (R\$ 993).

O confronto do rendimento real médio *per capita* nos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura com o rendimento nos que tinham este aparelho com recepção por antena parabólica mostrou marcante diferença. Em 2019, esse rendimento nos domicílios com antena parabólica (R\$ 1 002) representava 41,3% daquele nos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 2 425).



Motivo de não haver serviço de televisão por assinatura

Nos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, em 2019, 51,5% não o adquiriam por considerá-lo caro e 41,6% por não haver interesse pelo serviço. Em conjunto, esses dois motivos mais indicados abrangiam 93,1% dos domicílios com televisão sem o serviço de televisão por assinatura. Os domicílios com televisão que não tinham o serviço de televisão por assinatura porque os vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam este serviço representavam 4,9%, enquanto os que não o tinham por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, somente 1,4%.

Em 2019, nas Grandes Regiões, os dois motivos mais indicados para não adquirir o serviço de televisão por assinatura foram os mesmos do País. Para os domicílios que não tinham esse serviço de televisão por assinatura por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, o resultado da Região Norte (3,7%), ainda que pequeno, ficou destacado dos referentes às demais, que variaram de 0,9% a 1,7%. No caso dos domicílios com televisão que não tinham serviço de televisão por assinatura porque os vídeos acessados na Internet o substituíam, os resultados variaram gradualmente de 2,7%, na Região Norte, a 6,2%, na Centro-Oeste.

Distribuição dos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, por motivo de não haver acesso (%)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Serviço era caro	51,5	52,5	58,8	48,4	45,6	47,5
Não havia interesse pelo serviço	41,6	40,4	35,8	44,4	45,9	44,2
Vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam o serviço	4,9	2,7	3,6	5,6	6,0	6,2
Serviço não estava disponível na área do domicílio	1,4	3,7	1,3	0,9	1,7	1,5
Outro motivo	0,6	0,7	0,5	0,7	0,7	0,7

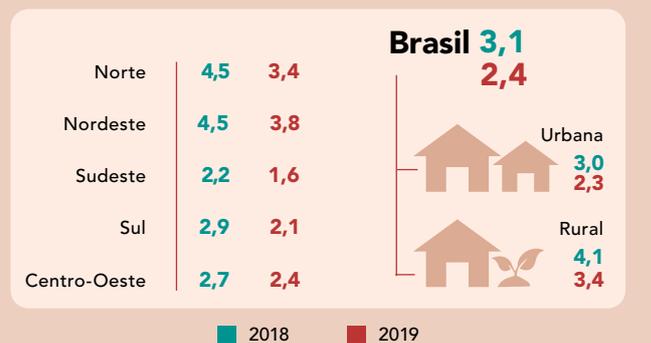
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Domicílios sem alternativa à televisão analógica aberta

Quando a transmissão do sinal analógico for inteiramente desligada, as televisões sem conversor para receber o sinal digital não terão acesso direto aos canais de televisão aberta, a não ser por meio de serviço de televisão por assinatura ou antena parabólica.

Os resultados de 2016 a 2019 mostraram rápida redução no número de domicílios sem quaisquer desses três meios de acesso a canais de televisão aberta no caso do desligamento do sinal analógico. Em 2019, o número desses domicílios estava em 1,7 milhão, sendo 82,7% em área urbana (1,4 milhão).

Domicílios com televisão sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não tinham recepção por antena parabólica e nem acesso a serviço de televisão por assinatura (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019.

Nos domicílios com televisão do País, o percentual dos que tinham este aparelho sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não recebiam sinal de televisão por antena parabólica e nem tinham serviço de televisão por assinatura caiu de 3,1% para 2,4%, de 2018 para 2019. Em área urbana, a queda foi de 3,0% para 2,3%, e em área rural, de 4,1% para 3,4%.

Em 2019, nos domicílios com televisão nas Grandes Regiões, o percentual de domicílios com televisão sem conversor que não tinham recepção por antena parabólica e nem acesso a serviço de televisão por assinatura foi maior nas Regiões Norte (3,4%) e Nordeste (3,8%), e nas demais variou de 1,6% a 2,4%.

Existência de microcomputador ou tablet no domicílio

Os resultados de 2016 a 2019 mostraram sentido de declínio, ainda que lento, no número de domicílios em que havia microcomputador. No total de domicílios, aqueles em que havia microcomputador representavam 41,7%, em 2018, e 40,6%, em 2019. De 2018 para 2019, esse percentual caiu de 46,0% para 44,8%, em área urbana, enquanto que, em área rural, a diminuição foi de 14,3% para 13,1%.

O *tablet* é menos comum nos domicílios que o computador. Nos domicílios do País, de 2018 para 2019, o percentual daqueles em que havia *tablet* passou de 12,5% para 11,3%. Em área urbana, esse indicador passou de 13,8% para 12,5% e, em área rural, de 3,8% para 3,3%.

O microcomputador é um equipamento mais caro que o *tablet* e a grande maioria dos domicílios em que havia *tablet* também tinha microcomputador. Esses fatos são relevantes no entendimento dos níveis do rendimento médio *per capita* domiciliar em função da existência desses equipamentos nos domicílios.

No País, em 2019, esse rendimento foi de R\$ 789, para os domicílios que não tinham microcomputador nem *tablet*, e de R\$ 2 183, para os que tinham pelo menos um deles. O rendimento médio nos domicílios somente com *tablet* (R\$ 1 067) ficou 42,4% menor daquele nos que tinham somente microcomputador (R\$ 1 851) e alcançou R\$ 3 573 nos domicílios que tinham ambos os equipamentos.

Existência de telefone no domicílio

Em 2019, não havia telefone em 4,7% dos domicílios particulares permanentes do País (ou 3,4 milhões de domicílios), uma redução de 0,4 ponto percentual em relação a 2018. A ausência de telefone manteve-se mais elevada nos domicílios nas Regiões Nordeste (9,0%) e Norte (8,8%), enquanto nas demais não ultrapassou 3,0%.

Considerando o tipo de telefone, em 2019, havia telefone fixo convencional em 24,4% dos domicílios do País e este percentual apresentou declínio em relação ao de 2018 (28,4%). A parcela dos domicílios que tinham telefone móvel celular aumentou de 93,2% para 94,0% entre 2018 e 2019.

Os domicílios da área rural tinham percentual menor, se comparados àqueles da área urbana, tanto de telefone móvel celular (83,6% frente a 95,5%) quanto de telefone fixo convencional (6,0% frente a 27,2%).

Enquanto a presença de telefone móvel celular era mais universalizada entre as grandes regiões do País, variando de 90,5% dos domicílios da Região Nordeste a 97,1% dos domicílios da Região Centro-Oeste, a presença de telefone fixo convencional mostrou maiores diferenças regionais. Em 2019, a Região Sudeste tinha o maior percentual de domicílios com telefone fixo convencional (35,6%) ao passo que este era de apenas 8,0% e 9,3% nas Regiões Norte e Nordeste, respectivamente.



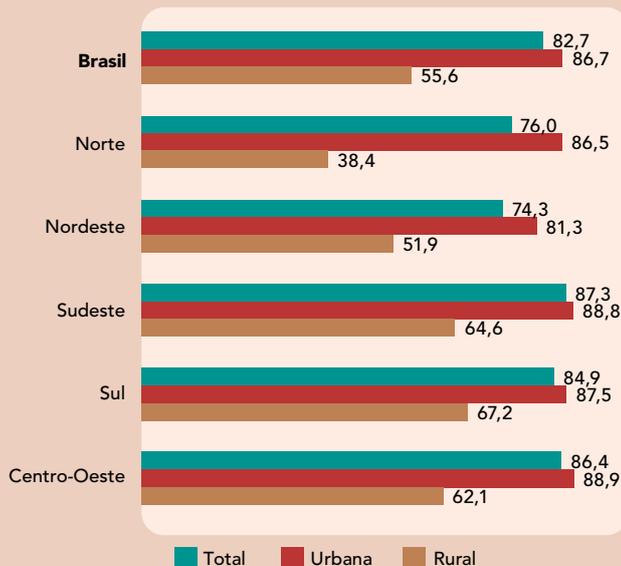
O rendimento real médio *per capita* da parcela de domicílios em que não havia telefone ficou muito abaixo daquele nos domicílios que tinham telefone. No País, em 2019, o rendimento nos domicílios que não tinham telefone (R\$ 557) representou 38,4% do rendimento nos que tinham telefone (R\$ 1 450). Nos domicílios em que havia telefone fixo convencional o rendimento médio foi de R\$ 2 460, enquanto naqueles com telefone móvel celular este rendimento foi de R\$ 1 450.

Utilização da Internet no domicílio

A Internet era utilizada em 82,7% dos domicílios do País em 2019, um aumento de 3,6 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2018. O crescimento mais acelerado da utilização da Internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana. De 2018 para 2019, o percentual de domicílios em que a Internet era utilizada passou de 83,8% para 86,7%, em área urbana, e aumentou de 49,2% para 55,6%, em área rural.

Este crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões, sobretudo na Nordeste, que, apesar do aumento de 5,2 p.p. no período, se manteve como a Região com menor percentual de domicílios com acesso à Internet (74,3%).

Domicílios em que havia utilização da Internet, por situação do domicílio (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

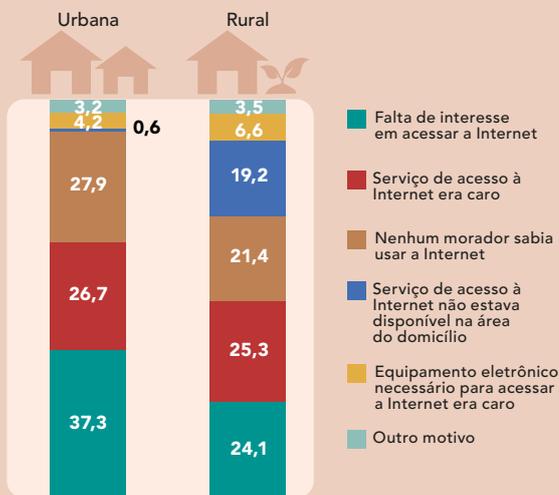
No País, o rendimento real médio *per capita* nos domicílios em que havia utilização da Internet (R\$ 1 527) foi o dobro do rendimento nos que não utilizavam esta rede (R\$ 728). A grande diferença entre esses dois rendimentos foi observada em todas as Grandes Regiões.

Motivo da não utilização da Internet no domicílio

Em 2019, nos 12,6 milhões de domicílios do País em que não havia utilização da Internet, os três motivos que mais se destacaram representavam, em conjunto 84,8%. Esses três motivos foram: falta de interesse em acessar a Internet (32,9%), serviço de acesso à Internet era caro (26,2%) e nenhum morador sabia usar a Internet (25,7%). O motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio abrangeu 6,8% das residências em que não havia utilização da Internet e o motivo de o equipamento eletrônico para acessar a Internet ser caro, 5,0%.

Em área urbana, os três motivos que mais se destacaram foram os mesmos do total e concentravam 91,9% dos domicílios em que não havia utilização da Internet. Em área rural, além dos três motivos mais alegados no total e em área urbana, acrescenta-se a falta de disponibilidade do serviço de acesso à Internet na área do domicílio, que representou 19,2% dos domicílios em que não havia utilização da Internet em área rural, em contraste com somente 0,6% em área urbana.

Distribuição dos domicílios em que não havia utilização da Internet, por motivo da não utilização (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Equipamentos de acesso à Internet no domicílio

Em 2019, no País, dentre os equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio, o uso do telefone móvel celular continuou na vanguarda e já próximo de alcançar a totalidade dos domicílios que acessavam a Internet (99,5%). Em segundo lugar, mas abaixo da metade dos domicílios em que havia acesso à Internet, estava o microcomputador (45,1%), seguido pela televisão (31,7%) e pelo *tablet* (12,0%).

Essa tendência ocorreu tanto em área urbana quanto em área rural, ainda que com percentuais substancialmente menores para o uso de microcomputador, televisão e *tablet* nesta última. Em área urbana, 47,7% dos domicílios que utilizavam a Internet acessavam por meio do microcomputador, 33,6% acessavam pela televisão e 12,8% pelo *tablet*. Já em área rural, estes percentuais eram de 18,8%, 12,5% e 4,0%, respectivamente.

Entre 2018 e 2019, no País, houve redução do uso do microcomputador e do *tablet* para acessar a Internet (3,0 e 1,4 p.p., respectivamente), ao passo que aumentou em 8,4 p.p. o uso da televisão. O uso do telefone móvel celular para acessar a Internet permaneceu estável no período.

Rendimento real médio *per capita* nos domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet

No País, em 2019, o rendimento real médio *per capita* nos domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet era de R\$ 1 527. Contudo, na análise por equipamento utilizado para acessar a Internet no domicílio houve grande diferença entre os rendimentos.

Enquanto nos domicílios que utilizaram *tablet* para acessar a Internet o rendimento real médio *per capita* era de R\$ 3 223, nos domicílios que utilizaram televisão e microcomputador os rendimentos médios eram um pouco menores (R\$ 2 399 e R\$ 2 339, respectivamente), reduzindo-se para R\$ 1 526 naqueles que utilizaram o telefone móvel celular para acessar a Internet.

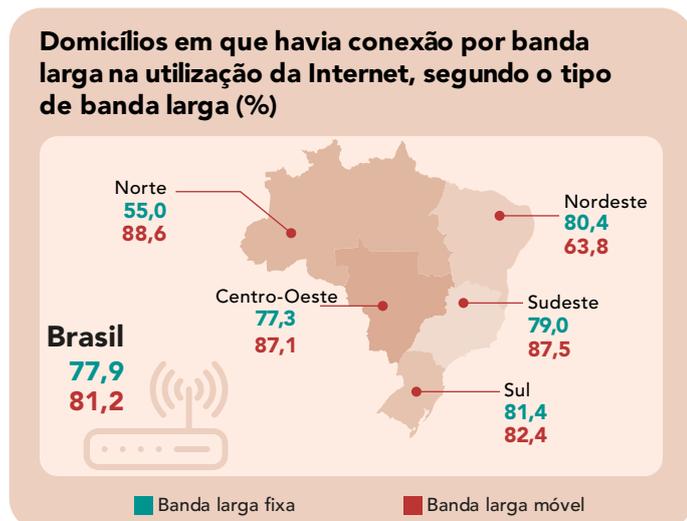
Tipo de conexão à Internet no domicílio

No período de 2016 a 2019, nos domicílios em que havia utilização da Internet, a parcela que utilizava conexão discada foi-se tornando cada vez mais irrelevante, tendo passado de 0,6%, em 2016, para 0,4%, em 2017, e baixado para 0,2%, em 2018 e 2019, no País.

No período, ambos os tipos de conexão por banda larga mostraram gradual sentido de crescimento nos domicílios, sendo que o nível da banda larga móvel (3G ou 4G) manteve-se mais elevado que o da fixa, ainda que a diferença tenha diminuído.

Nos domicílios do País em que havia utilização da Internet, o percentual dos que usavam banda larga móvel (3G ou 4G) passou de 80,2% para 81,2% entre 2018 e 2019. Já o percentual dos domicílios que utilizavam a banda larga fixa aumentou de 75,9% para 77,9% neste período.

A análise regional mostrou que, em 2019, nas residências em que havia utilização da Internet, o percentual de domicílios em que a banda larga fixa era usada ficou em 55,0% na Região Norte, situando-se muito abaixo dos resultados alcançados nas demais, que variaram de 77,3% a 81,4%. No que concerne ao percentual dos domicílios em que havia uso da banda larga móvel, o menor foi o da Região Nordeste (63,8%) e o maior, da Região Norte (88,6%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Cabe ainda observar que a diferença entre o percentual de domicílios em que havia uso banda larga móvel e o referente à banda larga fixa na Região Norte (33,6 p.p.) foi substancialmente maior que nas demais (de 1,0 p.p a 9,8 p.p.) e, ainda, que a Região

Nordeste foi a única em que o percentual de domicílios em que havia uso da banda larga móvel (63,8%) foi menor que o da banda larga fixa (80,4%).

No período de 2016 a 2019, constatou-se tendência de crescimento dos domicílios em que eram utilizados os dois tipos de banda larga. Em consequência, ocorreu retração nos domicílios que utilizavam somente um dos tipos de conexão.

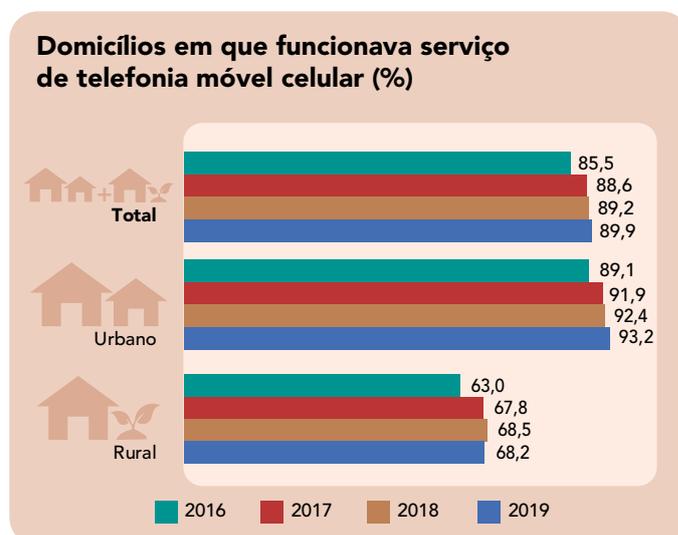
De 2018 para 2019, nos domicílios em que havia utilização da Internet, o percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa e móvel subiu de 56,3% para 59,2%, enquanto o dos domicílios em que era utilizada somente a conexão por banda larga móvel passou de 23,3% para 21,4% e naqueles em que havia somente o uso de conexão por banda larga fixa, de 19,0% para 18,1%.

Funcionamento de serviço de rede móvel celular no domicílio

Algumas áreas estão fora do alcance do sinal da rede móvel celular de qualquer operadora ou somente de determinadas operadoras. Assim, foi investigado se algum serviço de rede móvel celular, seja para telefonia ou Internet, funcionava no domicílio.

De 2016 para 2017, observou-se forte aumento no número de domicílios em que foi informado que o serviço de rede móvel celular ali funcionava, para Internet ou para telefonia, o que ocorreu tanto em área urbana como em área rural. Entretanto, esse movimento arrefeceu, não havendo crescimento expressivo nos últimos anos. O resultado desse indicador da área rural permaneceu em nível substancialmente inferior ao da área urbana.

De 2018 para 2019, no total de domicílios do País, o percentual daqueles em que o serviço de rede móvel celular funcionava, para Internet ou para telefonia, passou de 89,2% para 89,9%, no total, de 92,4% para 93,2%, em área urbana, e de 68,5% para 68,2%, em área rural.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade

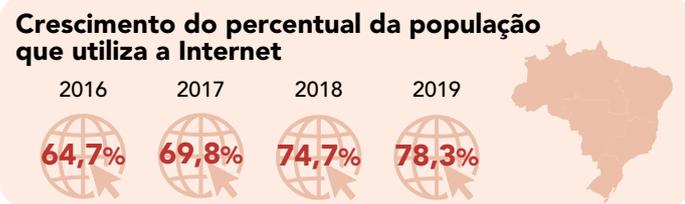
A investigação da utilização pessoal da Internet, por qualquer meio e em qualquer local, abrangeu as pessoas de 10 anos ou mais de idade e focou na sua ocorrência pelo menos em algum momento, no período de referência dos últimos três meses, que foram os últimos 90 dias que antecederam a data da entrevista no domicílio.

Utilização da Internet

Em 2019, na população de 183,3 milhões pessoas de 10 anos ou mais de idade do País, 78,3% (ou 143,5 milhões) utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses. Este percentual vem crescendo desde 2016, quando 64,7% da população de 10 anos ou mais de idade tinha utilizado a Internet no período de referência, passando para 69,8% em 2017 e 74,7% em 2018.

Em 2019, os resultados desse percentual de pessoas que acessaram a Internet das Regiões Norte (69,2%) e Nordeste (68,6%) permaneceram inferiores aos alcançados nas demais, apesar de o aumento, entre 2018 e 2019, ter sido maior nestas regiões (4,5 e 4,6 p.p., respectivamente).

Em relação ao sexo, no País, 79,3% das mulheres utilizaram a Internet em 2019, um pouco acima do percentual apresentado pelos homens (77,1%).



Por condição de estudante e rede de ensino

Em 2019, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, foi de 88,1% no grupo dos estudantes, ao passo que entre não estudantes este percentual foi de 75,8%. Em relação ao ano anterior, houve aumento do uso da Internet nos dois grupos, sobretudo entre não estudantes (4,0 p.p.).

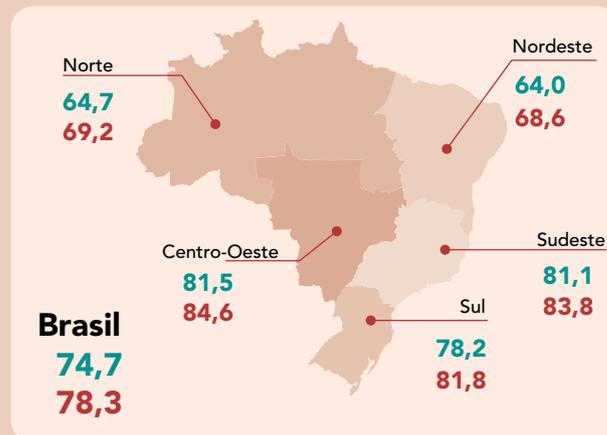
Quando se considera a rede de ensino, observam-se importantes diferenças no uso da Internet dos estudantes do País. Enquanto 98,4% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet em 2019, este percentual entre os estudantes da rede pública de ensino foi de 83,7%.

As diferenças regionais no uso da Internet são mais marcadas entre os estudantes da rede pública. Assim, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a Internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente, nas demais regiões este percentual variou de 88,6% a 91,3%. Quando são considerados apenas os estudantes da rede de ensino privada, o percentual de uso da Internet ficou acima de 95,0% em todas as Grandes Regiões, alcançando praticamente a totalidade dos estudantes nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

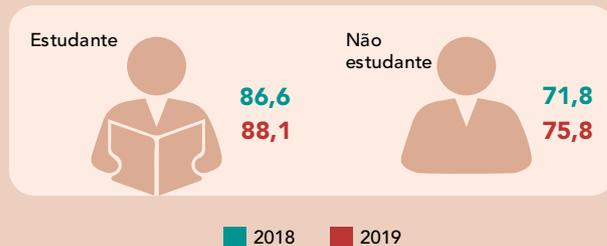
Pessoas que utilizaram a Internet (%)



Grandes Regiões



Condição de estudante



Rede de ensino

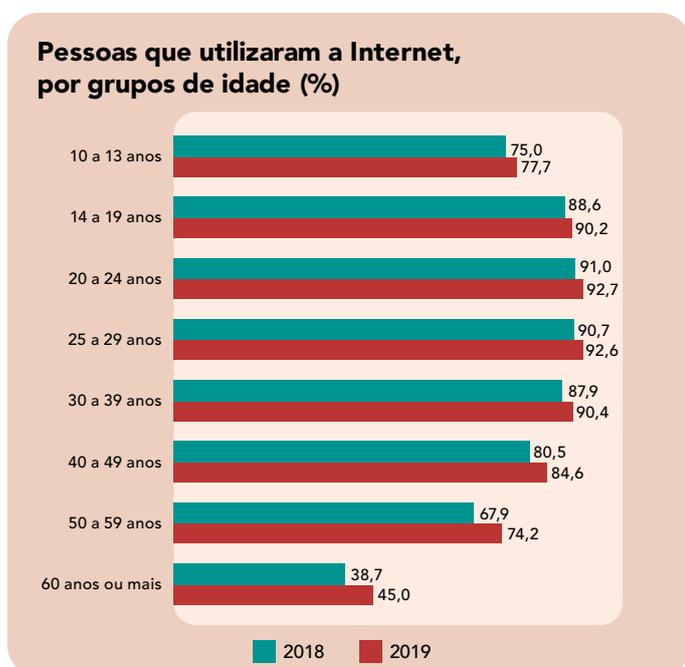


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019.

Por grupos de idade

Em 2019, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, no grupo etário de 10 a 13 anos foi de 77,7%. Este percentual cresceu sucessivamente nos seguintes grupos etários e alcançou quase 93,0% nos grupos de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, passando depois a declinar até atingir 45,0% no grupo de 60 anos ou mais.

Ainda que venha crescendo em todos os grupos etários, o crescimento foi mais acelerado nas idades mais elevadas, o que pode ter sido propiciado pela evolução nas facilidades para o uso desta tecnologia e na sua disseminação no cotidiano da sociedade. Neste sentido, o aumento do percentual de pessoas que utilizaram a Internet, entre 2018 e 2019, foi maior nos grupos etários de 50 a 59 anos e de 60 anos ou mais de idade (aumento de 6,3 p.p. em cada).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019.

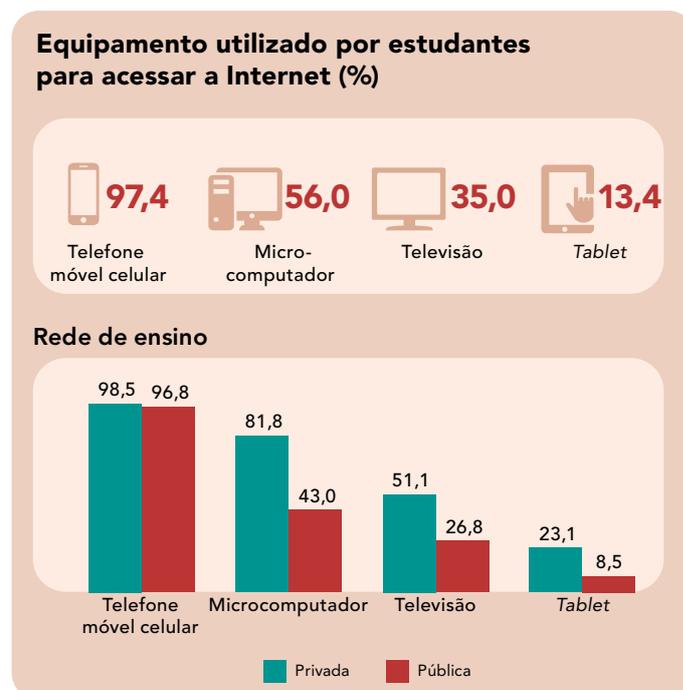
Equipamento utilizado para acessar a Internet

Em 2019, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, o meio de acesso indicado por maior número de pessoas foi, destacadamente, o telefone móvel celular (98,6%), seguido, em menor medida, pelo microcomputador (46,2%), pela televisão (31,9%) e pelo tablet (10,9%). Bem como observado na parte de domicílio, entre 2018 e 2019, houve aumento do uso da televisão para acessar a Internet (8,8 p.p.) e redução do uso do microcomputador (4,5 p.p.) e do tablet (1,1 p.p.).

Considerando a condição de estudante, foi possível observar um maior uso do microcomputador (56,0%), da televisão (35,0%) e do tablet (13,4%) para acessar a Internet entre estudantes em 2019. Estes percentuais para não estudantes ficaram em 43,4%, 31,0% e

10,1%, respectivamente. O telefone móvel celular era usado por quase a totalidade tanto de estudantes quanto de não estudantes (97,4% e 98,9%, nesta ordem).

Contudo o grupo de estudantes não é homogêneo. Quando são separados por rede de ensino, têm-se diferenças significativas no uso do computador, da televisão e do tablet para acessar a Internet. Em 2019, enquanto 81,8% dos estudantes da rede privada acessavam a Internet pelo computador, este percentual era apenas 43,0% entre os estudantes da rede pública. O uso da televisão para acessar a Internet ocorria para 51,1% dos estudantes da rede privada, sendo este percentual o dobro do apresentado entre estudantes da rede pública (26,8%). No uso do tablet, a diferença chega a quase três vezes. Mais uma vez, o telefone móvel celular foi o principal equipamento utilizado para acessar a Internet pelos estudantes tanto na rede pública (96,8%) quanto na rede privada (98,5%).



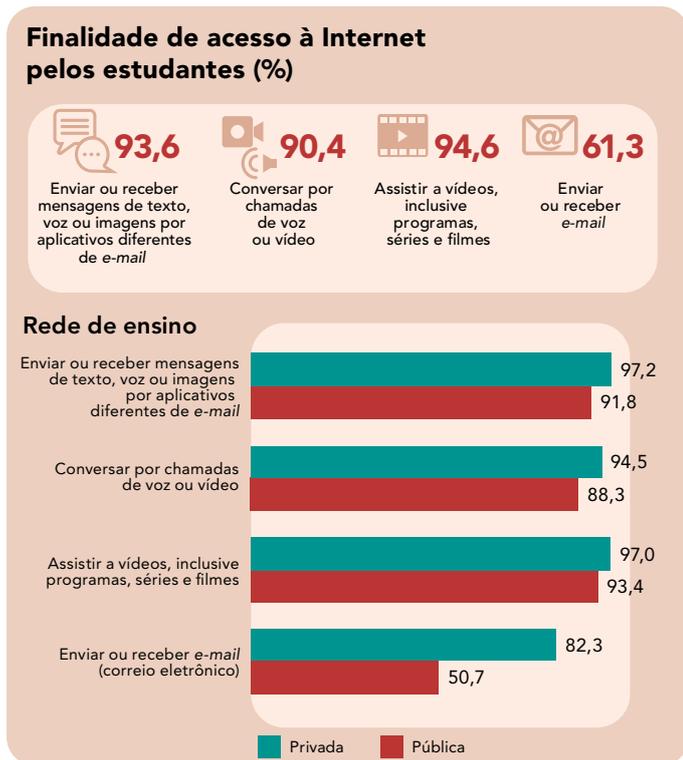
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Finalidade do acesso à Internet

O percentual de pessoas que acessaram a Internet para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail permaneceu como o mais elevado, ficando em 95,7% em 2019. A segunda finalidade mais frequente foi conversar por chamadas de voz ou vídeo (91,2%), proporção que vem aumentando desde 2016, assim como a proporção de pessoas que utilizaram a Internet para assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (88,4%). Por outro lado, o percentual de pessoas que acessaram a Internet com a finalidade de enviar e receber e-mail (correio eletrônico) vem se reduzindo a cada ano, chegando a 61,5% em 2019.

No confronto desses indicadores por condição de estudante, os resultados não se diferem muito, exceto pela finalidade assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes, na qual o percentual era de 94,6% entre estudantes e de 86,7% entre não estudantes em 2019. Nas demais finalidades, os percentuais são um pouco menores para o grupo de estudantes. Além disso, entre não estudantes, a principal finalidade foi enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens (96,3%), finalidade que é a segunda mais frequente entre estudantes (93,6%).

Considerando apenas os estudantes, a análise por rede de ensino mostra algumas diferenças, sobretudo no uso da Internet para enviar ou receber e-mail. Enquanto 82,3% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet para este fim, entre os estudantes da rede pública este percentual foi de 50,7%. Entre os estudantes da rede pública, em 2019, a principal finalidade do uso da Internet foi assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (93,4%), ao passo que, entre os estudantes da rede privada, o maior percentual ocorreu na finalidade enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail (97,2%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Motivo da não utilização da Internet

No País, em 2019, 21,7% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses. Para esse contingente, formado por 39,8 milhões de pessoas, investigou-se o motivo de não terem acessado a Internet nesse período. Os dois motivos mais apontados por essas pessoas foram não saber usar a Internet e falta de interesse em acessar a Internet,

que abrangeram, respectivamente, 43,8% e 31,6%. Os dois motivos seguintes foram de razão econômica e representaram em conjunto, 18,0%. O serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que as pessoas costumavam frequentar ainda ficou em 4,3%.

O percentual de pessoas que não acessaram a Internet devido ao serviço não estar disponível nos locais que costumavam frequentar continuou destacadamente mais elevado na Região Norte (12,8%) e menor na Região Sudeste (2,0%), variando entre 3,2% e 3,9% nas demais. Adicionalmente, este motivo continuou mais elevado em área rural (10,6%) se comparado à área urbana (1,5%).

A análise por condição de estudante mostrou que, em 2019, 89,3% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet no período de referência eram não estudantes. Entre estes, os motivos mais frequentes para o não uso foram os mesmos que para o total da população desta faixa etária: 47,2% não sabiam utilizar a Internet, 33,1% não tinham interesse, 10,2% achavam o serviço caro, 4,5% afirmaram que o equipamento necessário para o acesso era caro e apenas 3,4% responderam que o serviço não estava disponível nos locais que costumava frequentar.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Entre os estudantes que não utilizaram a Internet, por outro lado, os motivos foram diferentes, com maior peso para os motivos financeiros: 26,1% achavam o serviço de Internet caro e 19,3% achavam o equipamento necessário para o acesso caro. A falta de interesse (18,5%) e o motivo de não saber utilizar (16,0%) tiveram

peso bem menor que para o total da população de 10 anos ou mais de idade, enquanto a falta de disponibilidade do serviço nos locais que costumava frequentar teve um peso maior (11,2%).

Como grande parte dos estudantes que não utilizaram a Internet era do ensino público (95,9%), os motivos para o não uso seguem a mesma tendência do total de estudantes, ou seja, com maior peso para questões financeiras (45,9%) e indisponibilidade do serviço nos locais que costumava frequentar (11,4%). Já entre os estudantes do ensino privado, o motivo financeiro estava mais ligado ao custo do serviço (23,1%) do que ao valor do equipamento necessário para acessar a Internet (9,2%), além de um peso maior da falta de interesse (27,3%) e menor da indisponibilidade do serviço (6,4%).

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2019, 148,4 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham telefone móvel celular para uso pessoal, o que correspondia a 81,0% da população desta faixa etária, percentual um pouco maior que o estimado para 2018 (79,3%). Contudo, havia grande discrepância entre os percentuais conforme a situação do domicílio. Enquanto 84,4% das pessoas que viviam em área urbana possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, este percentual era de 59,3% entre as pessoas da área rural.

Em termos regionais, em 2019, os menores percentuais ocorreram nas Regiões Norte (69,7%) e Nordeste (72,4%), ao passo que as demais regiões apresentaram percentuais que variavam de 85,7% a 87,3%. Já em relação ao sexo, 82,5% das mulheres e 79,3% dos homens tinham telefone móvel celular para uso pessoal no País.

O acesso à Internet por meio da telefonia móvel celular é um recurso de comunicação e de obtenção de informação que vem sendo visto cada vez mais como integrante do cotidiano de um número crescente pessoas.

De 2018 para 2019, na população de 10 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal no País, a parcela que tinha acesso à Internet por meio deste aparelho aumentou de 88,5% para 91,0%. Na área rural esse percentual cresceu de 73,4% para 79,0%, mas ainda sendo expressivamente menor que o da área urbana, que aumentou de 90,2% para 92,3%.

Por condição de estudante e rede de ensino

Em 2019, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal era maior entre não estudantes (82,9%) que entre estudantes (73,2%). Contudo, entre estudantes, houve diferença significativa neste percentual segundo a rede de ensino. Enquanto 92,6% dos estudantes da rede privada tinham telefone móvel celular para uso pessoal, este percentual era de apenas 64,8% entre aqueles da rede pública.

A maior discrepância no percentual de estudantes que tinham telefone móvel celular entre rede pública e rede privada ocorreu na

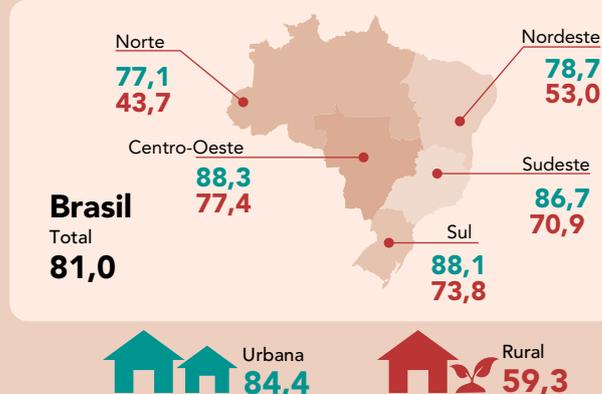
Região Norte, uma diferença de 41,8 p.p. a mais no percentual daqueles da rede privada, explicada sobretudo pelo baixo percentual de estudantes da rede pública com posse de telefone móvel celular (47,5%).

Do total de estudantes que tinham telefone móvel celular para uso pessoal no País, um contingente de 26,3 milhões de pessoas, a parcela que tinha acesso à Internet neste aparelho era de 97,8%, acima da parcela estimada para o total da população de 10 anos ou mais de idade (91,0%).

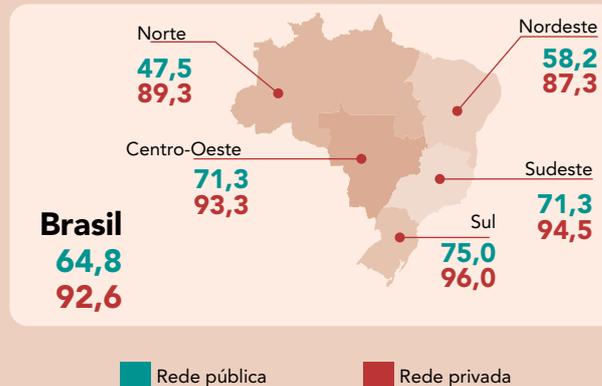
Ainda que os estudantes da rede privada tenham mais acesso ao telefone celular para uso pessoal que os estudantes da rede pública, a existência de Internet neste celular não se difere muito por rede de ensino. Desta forma, entre os estudantes da rede privada, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular com acesso à Internet na população que tinha telefone celular para uso pessoal foi de 99,1%, ao passo que, entre os estudantes da rede pública, 97,0%.

Pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)

Situação do domicílio



Rede de ensino

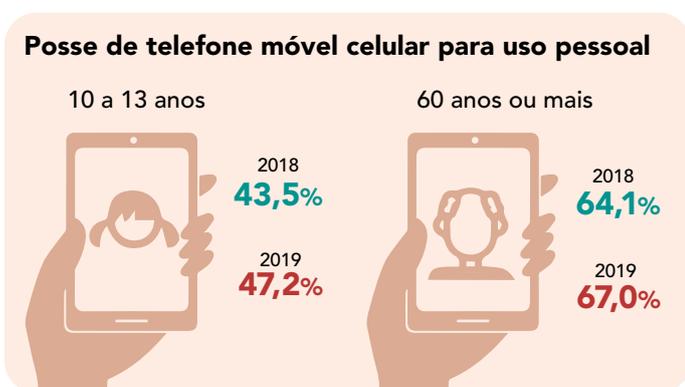


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Por grupos de idade

No País, em 2019, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal em cada grupo etário, teve o seu mínimo no grupo de 10 a 13 anos (47,2%), subiu abruptamente no de 14 a 19 anos (78,5%) e prosseguiu em ascensão, alcançando as maiores participações nos grupos dos adultos jovens de 25 a 39 anos (cerca de 91,0%), passando gradualmente a declinar nos seguintes até o dos adultos de meia-idade de 50 a 59 anos (84,7%) e terminando com queda acentuada no dos idosos de 60 anos ou mais (67,0%).

Entre 2018 e 2019, houve crescimento do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal em todos os grupos etários, com destaque para aqueles com idade entre 10 e 13 anos (3,7 p.p.) e para os idosos de 60 anos ou mais (2,9 p.p.).



Motivo de não ter telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2019, no País, 34,9 milhões de pessoas não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, que representavam 19,0% da população de 10 anos ou mais de idade. Esse percentual era de 20,7% em 2018.

Dentre os motivos alegados para não ter telefone móvel celular para uso pessoal, os quatro que mais se destacaram agregaram, em conjunto, 88,6% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham este aparelho, no País. No contingente que não tinha telefone móvel celular para uso pessoal, 27,7% alegaram que o aparelho telefônico era caro; 22,6%, falta de interesse em ter telefone móvel celular; 21,9% que não sabiam usar telefone móvel celular; e 16,4% que costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa. Em cada um dos demais motivos, o percentual não alcançou 7,0%.

Esses quatro motivos para não ter telefone móvel celular foram os mais indicados também pelos não estudantes, uma vez que este grupo representava 72,3% do total de pessoas sem telefone móvel celular em 2019. Contudo, os motivos de falta de interesse (28,5%) e de não saber utilizar (28,4%) tiveram peso maior neste caso, ao passo que o motivo financeiro relativo ao aparelho (23,2%) e a alegação de que costumavam usar o telefone de outra pessoa (11,3%) tiveram menor peso.

Entre os estudantes, por outro lado, o motivo com maior percentual foi que o aparelho telefônico era caro (39,4%), seguido pela alegação de que costumavam utilizar o telefone móvel celular de outra pessoa (29,6%). A falta de interesse e a questão de não saber usar o telefone móvel celular foram alegados por apenas 12,1% dos estudantes.

Como grande parte dos estudantes que não têm telefone móvel celular para uso pessoal era da rede pública de ensino (91,7%), os motivos alegados por estes também se concentraram no valor do equipamento (41,2%) e no uso do aparelho de outra pessoa (28,7%). Estes dois motivos também são os mais alegados pelos estudantes da rede privada, contudo o uso de aparelho de outra pessoa tem peso maior (40,3%) que a questão do aparelho telefônico ser caro (20,0%).

Pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, segundo o motivo (%)

Motivo	Distribuição das pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)		
	Total	Condição de estudante	
		Estudante	Não estudante
Aparelho telefônico era caro	27,7	39,4	23,2
Falta de interesse em ter telefone móvel celular	22,6	7,2	28,5
Não sabiam usar telefone móvel celular	21,9	4,9	28,4
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	16,4	29,6	11,3
Serviço era caro	2,9	3,8	2,5
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	2,0	1,8	2,1
Outro motivo	6,5	13,2	4,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Trabalho
e Rendimento

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico
Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Freepik
Pixabay

Impressão
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial



www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



Links



Tabelas de resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre a
pesquisa

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=30362>